Petróleo & Política
Ano II nº 23
Novembro de 2000
Informativo da Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET

IMPRESSO

Troca de ativos Avaliação da refinaria de Bahia Blanca é mais vantajosa para a Repsol-YPF do que para a Petrobrás

O mercado da refinaria Argentina de Bahia Blanca, que o governo brasileiro pretende incluir na troca de ativos da Petrobrás com a Repsol-YPF, está estacionário, ao contrário do mercado atendido pela Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, que está em franco crescimento e, portanto, consiste num excelente negócio para a empresa argentina e num mau negócio para a Petrobrás e para o Brasil.

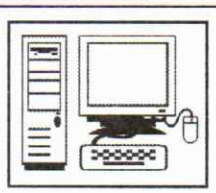
A análise é de técnicos brasileiros que estão acompanhando a avaliação dos ativos da Repsol-YPF que deverão ser incluídos na operação. Segundo os especialistas, os dados preliminares indicam que a troca dos ativos está sendo programada para acontecer a partir do pré-estabelecimento de um valor básico da ordem de US$ 500 milhões.

Este valor compreende, da parte da YPF, a refinaria de Bahia Blanca, seu porto e cerca de 700 postos de abastecimento. No momento, a Petrobrás e a Repsol-YPF estão avaliando se os ativos propostos atingem a cifra de US$ 500 milhões, para fazerem ajustes, se necessário. De acordo com as informações dos técnicos, a Petrobrás, se fizer um mau negócio, o fará consciente, pois todas as informações relevantes à avaliação dos ativos a serem adquiridos estão disponíveis.

A Refinaria de Bahia Blanca fica no sul da Argentina e atende basicamente aquela região. Apenas seu excedente de produção é enviado a Buenos Aires. Ao seu redor, operam diversas petroquímicas. A capacidade de operação da unidade é de 30 mil barris/dia de petróleo de boa qualidade, que chega através de um oleoduto de 15 km. A refinaria, que opera com 270 funcionários em regime semelhante às unidades da Petrobrás, tem destilação, craqueamento, reforma, HDT e isomerização.

A unidade de Bahia Blanca foi construída em 1925, mas, apesar da idade, foi avaliada como "em bom estado de conservação". A cidade tem cerca de 350 mil habitantes.■

A unidade de Bahia Blanca foi construída em 1925 e tem capacidade para processar 30 mil barris de petróleo por dia.



@epet sitio

A página da AEPET na Internet foi completamente reformulada, para facilitar o acesso e a pesquisa dos internautas. Com uma apresentação mais leve e moderna, traz informações sobre os Núcleos da entidade, boletins informativos, artigos, leis, notícias e o jornal eletrônico semanal "Petróleo e Política Em Linha". Além, é claro, de dicas sobre livros e fitas aos interessados em questões voltadas para a defesa da soberania nacional.■

MEMÓRIA



"A indústria naval brasileira poderá ser novamente alavancada, a partir de 2001, com a injeção inicial de US$ 150 milhões da Petrobrás, que acaba de encomendar quatro navios. O setor já foi grande gerador de empregos no país, desde os anos 50. Mas, ao contrário da Coréia do Sul, que se tornou um grande exportador mundial, a indústria naval do Brasil entrou em decadência logo no início da década de 90, pois a marinha mercante do país não resistiu ao processo de abertura econômica.■

Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Avenida Nilo Peçanha, 50/ 2409. CEP: 20044-900
Rio de Janeiro/RJ.
Tel: (21) 533-1110
Fax: (21) 533-2134

Endereço Eletrônico:
aepet2@ax.apc.org
Página na Internet:
http://www.aepet.org.br

DIRETORIA

PRESIDENTE
Fernando Leite Siqueira

VICE-PRESIDENTE
Diomedes Cesário da Silva

PATRIMÔNIO
Heitor Manoel Pereira

VICE-DIRETOR DE PATRIMÔNIO
João Roberto Neves

COMUNICAÇÕES
José Conrado de Souza

VICE-DIRETOR DE COMUNICAÇÕES
Argemiro Pertence Neto

PESSOAL
Luiz de Campos Herdy Silva

VICE-DIRETOR DE PESSOAL
Sérgio Queiroz Lyra

CULTURAL
Paulo Sérgio Decnop Coelho

VICE-DIRETOR CULTURAL
Marcelo Salles

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Ricardo Maranhão, Pedro Francisco de Almeida Castilho e Sydney Reis Santos

Suplentes: Nelson Camanho da Costa Filho, Elie Abadie e Gerson Nakano

Petróleo & Política
Editado pela Assessoria de Comunicação Social
Jornalista Responsável
Carlos Emiliano Eleutério
MTB: 12.524/RJ
Diagramação e Arte Final
J. Paulo Carneiro
Impressão:
Márcio Delmiro

DESMONTE

Mais um duro golpe na imagem da PETROBRÁ

Direção quer mudar a logomarca e até o nome da Empr para consolidar o seu processo de internacionalização

A direção da AEPET encaminhou um documento ao presidente da Petrobrás, Henri Philippe Reichstul, solicitando confirmação da notícia publicada pela Revista Época, que circulou no dia 30 de outubro, dando conta de que a Petrobrás pretende mudar o nome e o logotipo da empresa.

No documento assinado pelo presidente, Fernando Siqueira, e pelo diretor de Patrimônio da AEPET, Heitor Manoel Pereira, a entidade questiona o motivo que levou a direção da empresa a concluir que "o nome não soa como deveria no exterior", conforme argumento do presidente da Petrobrás citado pela publicação, e "para quem não soa bem" o nome atual.

A direção da entidade encaminhou documento também a todos os deputados e senadores, em Brasília, solicitando apoio dos parlamentares no sentido de impedir que, no afã de "escancarar" as portas do país ao capital internacional, os ferrenhos defensores da implantação do projeto neoliberal no país cometam mais esta violência contra a empresa e contra a Nação brasileira.

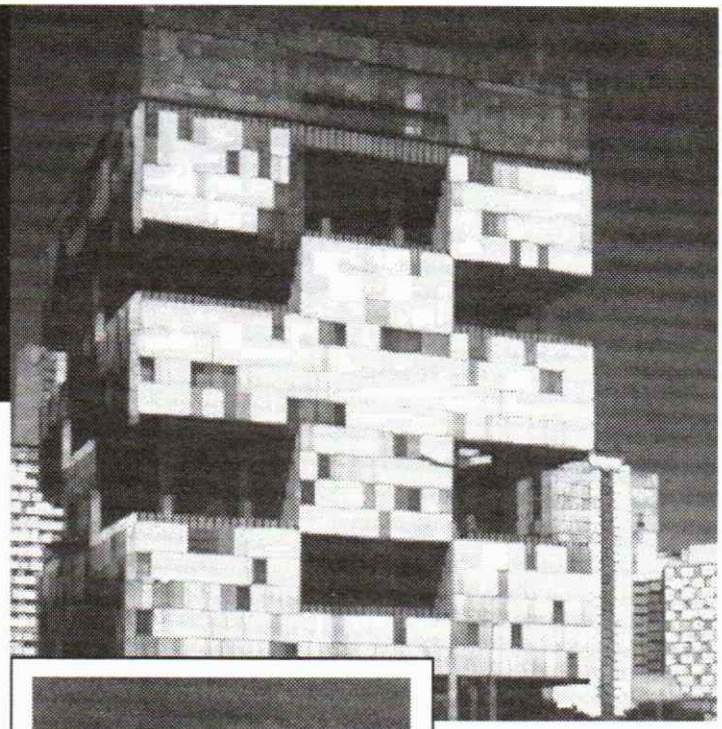
Para a AEPET, a Petróleo Brasileiro S.A. tem, no seu logotipo, nome e cores, a essência da razão da existência: o Brasil. "Afinal, mais que uma simples empresa, é um vetor de desenvolvimento, autonomia e afirmação de soberania de uma nação", afirma o documento. Segundo ainda os diretores da entidade, a Petrobrás nasceu pelo desejo da população brasileira, na mais memorável campanha popular deste país. "Ser a maior empresa brasileira - uma sociedade por ações, onde a União Federal detém o controle acionário - é motivo de orgulho para qualquer brasileiro. Cabe então perguntar se isso seria um degrau a mais no processo de privatização em curso", questionaram o presidente e o diretor da entidade.

Antimarketing

Para a direção da AEPET, mudar o nome e a marca de uma empresa com 47 anos de existência só pode ser explicado de duas maneira: má fé ou completo desconhecimento dos conceitos mais elementares de marketing. E como o cargo que ocupa não permite ao presidente da Petrobrás desconhecer as regras dessa ciência, "ficamos preocupados com as reais intenções da direção da companhia".

Para o presidente da AEPET, Fernando Siqueira, deixando as questões de nacionalidade de lado, é preciso analisar a decisão da dire-

É um absurdo mudar o nome e a logomarc de uma empresa com 47 a de existênci ao "bel-prazer" um administra





"Essa intenção da direção da Petrobrás é um degrau a mais no processo de privatização em curso."

Fernando Siqueira
Presidente da AEPET

ção da Petrobrás do ponto de vista comercial e institucional. Isto porque, no seu entender, a marca de uma empresa é um dos maiores patrimônios que ela possui. Não fosse assim, marcas como a Mercedes Benz, Coca-Cola, GE, Nestlé, Ford e outros não se manteriam por tanto tempo inalteradas e sem razão para mudanças, pois algumas delas já beiram um século de existência, pelo menos.

Fernando Siqueira citou exemplos de algumas delas cujo símbolo é tão importante que acabam se confundindo com o próprio produto, a exemplo da Brahma e da Gilette. "Durante muitos anos, era comum alguém entrar em um bar e pedir uma brahma, quando, na verdade, desejava uma cerveja qualquer; ou uma gilete, quando queria uma lâmina de barbear, às vezes até de outro fabricante qualquer. Isto mostra a força de uma marca, que não pode ser trocada ao "bel-prazer" de um administrador. Não podemos esquecer que os homens passam e as instituições permanecem", concluiu Siqueira. ■

"Royalties" vão para Saneamento no Rio

Conforme vem sugerindo a AEPET em seus informativos e através do programa Petróleo e Energia, que vai ao ar pela TV Comunitária, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinxho, anunciou que vai utilizar os recursos dos "royalties" do petróleo para financiar o projeto de Saneamento Básico da região da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

A destinação dos recursos oriundos da receita dos "royalties", que estavam sendo concentrados na pavimentação de estradas no interior do estado pelo governo, vinha sendo duramente criticada pelo diretor da AEPET, José Conrado de Souza. Segundo ele, a legislação que trata da aplicação dos recursos é clara, no sentido de que o Estado deve priorizar as verbas para projetos ambientais e de Saneamento Básico. "Assim, não faz sentido usar os recursos dos "royalties" para pavimentar estradas que, na sua maioria, estão sendo privatizadas", advertiu Conrado.

Segundo o diretor da AEPET, de janeiro a setembro deste ano, somente o Estado do Rio de Janeiro arrecadou R$ 485 milhões em "royalties". Desse total, R$ 225 milhões estão comprometidos através de um acordo assinado entre o governo do Rio e a União, para pagamento da divida do Estado com o governo federal, acordo este legalizado pela Medida Provisória 1985.31 (já reeditada 31 vezes), que compromete a arrecadação estadual pelos próximos 20 anos.

Mesmo assim, o Estado dispõe de recursos adicionais da ordem de R$ 260 milhões, decorrentes do aumento dos preços do barril do petróleo no mercado internacional. Diante da ameaça de privatização da CEDAE, empresa pública estadual, na Barra da Tijuca, através de um acordo entre o governo do Estado e o atual prefeito carioca Luiz Paulo Conde, derrotado nas eleições municipais, Conrado vinha propondo que o Estado associasse os recursos dos "royalties" à receita própria da companhia estadual, para viabilizar o saneamento na Barra e evitar, desta forma, a privatização dos serviços.

Garotinho confirmou, no último dia 20, que desistiu da parceria com a prefeitura do Rio para as obras da Barra e que o projeto será desenvolvido pela própria CEDAE, utilizando recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (formado pela receita dos "royalties"), beneficiando cerca de 700 mil pessoas. O bom senso falou mais alto! ■

Vazamento Entidades querem que o Ministério Público garanta medidas para evitar novos acidentes

A Comissão de Infra-estrutura do Senado, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA/RJ) e as entidades que contribuíram com a elaboração do relatório sobre o vazamento de óleo na Baía de Guanabara, no mês de janeiro último, vão cobrar do Ministério Público (MP) o cumprimento das exigências estabelecidas no documento, para evitar novos acidentes. A estratégia foi anunciada pelo Senador Geraldo Cândido (PT-RJ), no final de outubro, durante reunião realizada na sede do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro/RJ).

Elaborado em conjunto pelo grupo de trabalho formado no Senado e por uma Comissão Extraordinária dirigida pelo presidente do CREA/RJ, José Chacon de Assis, o relatório, segundo o diretor do Sindipetro/RJ, Jorge Eduardo, é o primeiro trabalho investigativo desenvolvido no Brasil, com a participação de todos os atores envolvidos no episódio: "engenheiros, técnicos, operários, representantes das populações prejudicadas e entidades afins deram, cada um, sua visão dos acontecimentos".

Relator da Sub-Comissão criada no Senado para investigar o caso, o Senador Geraldo Cândido assinalou que os trabalhos foram permanentemente dificultados pela maioria governista. Único parlamentar a formular perguntas nas audiências, Cândido lembrou ter sido insistentemente procurado por um "lobbista" do governo. "Ele queria saber quando o relatório ia sair e sugeria que eu não batesse muito na Petrobrás". O Senador do PT lamentou que órgãos como a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (Feema), responsáveis pela fiscalização ambiental, não tenham prestado as informações solicitadas pela Sub-Comissão ao longo dos seis meses de funcionamento do grupo de trabalho.

Geraldo Cândido informou que o relatório final da Comissão foi encaminhado a todos os órgãos afetos ao caso. Segundo o parlamentar, o MP estava aguardando apenas o relatório contratado pela Petrobrás à Cetesb – empresa paulista de controle ambiental – para receber os representantes da Comissão de Infra-Estrutura e demais entidades do setor.

O presidente do CREA/RJ, José Chacon, destacou que as conclusões gerais do trabalho apontam como causas do acidente a visão equivocada que vem norteando a operação da empresa estatal – ao contrário da simplista solução de procurar um culpado. "A violenta redução do quadro de funcionários da companhia atingiu o controle e a operação de campo da Ilha D'água, onde, de 1995 até hoje, o número de trabalhadores caiu de sete para três". O engenheiro identificou ainda as notórias deficiências encontradas nos órgãos públicos brasileiros responsáveis pelo controle ambiental. "Na Feema, um profissional de nível superior ganha, em alguns casos, R$ 300,00" – assinalou.

Segundo Chacon, o relatório recentemente divulgado pelo Conselho aos órgãos de imprensa contém uma única falha: a presença de técnicos de outros países, convidados para dar opinião sobre controle ambiental à época do acidente, não foi registrada. "Chegamos a pedir a prisão, por exercício ilegal da profissão, de ambientalista inglesa, que veio falar sobre manguezais, quando em seu país de origem, esse tipo de vegetação nem existe"- afirmou. José Chacon alertou ainda que entidades como o Sindipetro/RJ e a AEPET devem fiscalizar se os anunciados investimentos em segurança vêm sendo realmente usados na área de recursos humanos e na aquisição de equipamentos. "A fiscalização é uma forma de defender um patrimônio que é nosso" – concluiu.■

Programa **Faixa Livre**

Ouça diariamente de 7h:30min às 9h:00 *Rádio Guanabara* 1360 kHz - AM

A crise brasileira e suas soluções em debate!

NOTAS

Petróleo pode alavancar exportações

A direção da AEPET encaminhou ao presidente da Petrobrás, Henri Philippe Reichstul, no último dia 16, um documento propondo a (re)criação de um mecanismo que permita utilizar as importações de petróleo como contrapartida às exportações do país. O objetivo da medida é estimular o crescimento do comércio exterior brasileiro, que vem apresentando sucessivos décifits, e, ao mesmo tempo, alavancar a retomada do crescimento econômico do país e, principalmente, a geração de empregos. A proposta dos técnicos da entidade foi encaminhada também aos cerca de dois mil exportadores reunidos no XX Encontro Nacional de Comércio Exterior, no Rio de Janeiro, nos dias 16 e 17, para discutir soluções emergenciais para os principais pontos de estrangulamento das vendas externas do Brasil, que incluem questões como impostos, financiamento, portos, promoção e transportes. O assunto deverá ser discutido, nos próximos dias, com a direção da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). ■